
Boletim Mercosul

APRESENTAÇÃO

No número anterior apresentou-se uma retrospectiva histórica dos antecedentes Mercosul, as características gerais do Tratado de Assunção, uma síntese do balanço do primeiro ano e um resumo das V e VI Reuniões do Grupo Mercado Comum, representando o avanço até julho de 1992.

Este encarte propõe analisar os objetivos, as perspectivas e os avanços recentes até setembro de 1992.

Reiteramos a convocação feita no exemplar anterior no sentido de que a sociedade civil co-participe deste processo, enviando contribuições técnicas que possam subsidiar o tema.

1 - AVANÇOS RECENTES DO MERCOSUL

A necessidade de consolidação do MERCOSUL produziu uma ampliação da consciência da capacidade competitiva dos diver-

sos segmentos produtores, onde o medo da concorrência direta foi superado pela proposta conjunta de ampliação do mercado externo.

O processo participativo tem gerado uma nova forma de articulação entre o Estado e a sociedade,

com a profissionalização crescente de entidades de classe, na elaboração de estudos e propostas complementares constituindo um novo processo de parceria de ação e de interesses entre o Estado e a sociedade.

O reconhecimento da existência de problemas estruturais anteriores ao MERCOSUL, e que se tornam cada vez mais agudos com a integração, tem provocado avanços à medida que induz "o pensar" nas formas de resolução.

As perspectivas com a constituição do Mercado Comum se constroem na ampliação do mercado interno para todos os países - membros nos esforços conjuntos para ampliação do mercado externo.

Os indicadores da balança comercial entre os países ilustram que o processo vem induzindo uma retomada do crescimento mediante uma maior utilização de capacidade instalada.

Os indicadores de absorção de tecnologia, de modernização e de desregulamentação sugerem que, apesar dos problemas emergentes, esta sociedade latino-americana caminha na busca de um novo modelo econômico de desenvolvimento.

Os esforços despendidos pelo subgrupo 8 na realização dos Seminários com a iniciativa privada têm propiciado um envolvimento crescente da iniciativa privada brasileira e o respectivo conhecimento das potencialidades e assimetrias.

Este processo tem gerado propostas organizacionais privadas de realização de trabalhos conjuntos com crescente troca de informações.

As principais áreas de cooperação se localizam nos segmentos agrícola e industrial, nas propostas de padrão de qualidade, normas técnicas, normas de sanidade e análise de aspectos econômicos.

A organização privada tem gerado continuamente encontros privados autoconvocatórios. Neste conjunto de eventos surgem propostas de acordos setoriais. Por exemplo, na rizicultura existe uma proposta de imediata liberação comercial. O setor de açúcar e álcool se propõe a realizar aliança política de não inundar o mercado argentino de açúcar, desde que se inclua álcool anidro na gasolina.

As comunicações privadas têm disseminado informações e propostas de estratégias externas comuns.

2 – SÍNTESE DAS REUNIÕES RECENTES DO SUBGRUPO 8

Em setembro de 1992, realizou-se a IX Reunião Técnica do Subgrupo 8. O encarte anterior apresentou a síntese das oito reuniões anteriores.

Este encarte se propõe a sintetizar a última reunião.

Quanto à análise, tratou-se dos 8 temas referentes ao Cronograma de medidas. As principais informações são a de que se decidiu adotar metodologia do GATT para levantamento e a medição de assimetrias de tratamento quanto à política agrícola.

Com relação a agroquímicos, o critério argentino é de que são de fabricação nacional os agroquímicos com, no mínimo, 50% de valor agregado no país. Aprovou-se o Acordo Sanitário do GATT como protótipo para formulação de acordo sanitário.

Relacionaram-se 4 Reso-

luções e 5 Projetos de Resolução do COSAVE para adequá-los para aprovação no Mercosul que são:

- Certificado Fitossanitário Único;
- Adoção de Normas do "Codex Alimentarius" FAO/OMS sobre resíduo de defensivos;
- Controle Conjunto e Simultâneo de Inspeção Fitossanitária;
- Harmonização e Coordenação de Requisitos e Procedimentos para Registro de Agroquímicos;
- Princípios de Quarentena Vegetal;
- Regulamento de Trânsito Internacional;
- Solução de Controvérsias;
- Categoria de Produtos por Nível Risco Mínimo;
- Sistema Regional de Registro.

3 – O ESTÁGIO EXECUTIVO DOS TRABALHOS

Subgrupo 1

Assuntos Comerciais

- Regulamento sobre práticas desleais de comércio;
- Restrições não tarifárias;
- Intercâmbio de informações de estatísticas de comércio exterior; e
- Mecanismo de consulta para adoção de medidas anti-dumping.

Subgrupo 2

Assuntos Aduaneiros

- Análise das origens de falhas na utilização do MIC/DTA, com participação do Subgrupo 5 na difusão do uso ao MIC/DTA;
- Implantação do TIF/DTA pela Argentina e Uruguai; e
- Proposta para adequar normas aduaneiras para facilitar equipamentos de telefonia celular móvel.

Subgrupo 3

Normas Técnicas

- Inexistência de consenso ao

Regulamento Nacional e o "Mercosul" quanto a normas técnicas, e quanto a Secretaria Técnica do Comitê Mercosul de Normalização;

- Operacionalização e criação de novos Comitês Setoriais. O Brasil coordena os comitês setoriais de eletricidade, telecomunicações, bens de capital, informática, papel e celulose;
- Desenvolvimento dos trabalhos dos Comitês: automobilístico, telecomunicações, brinquedos, saúde, metodologia científica e industrial, Metodologia Legal, Alimentos Industrializados e Qualidade Industrial.

Subgrupo 4

Política Fiscal e Monetária

- Harmonização de normas que regem mercados de capitais;
- Identificação de assimetrias da atividade seguradora;
- Análise comparativa do sistema financeiro, pontos prioritários para identificação de assimetrias; e
- Identificação das assimetrias quanto à promoção e proteção recíproca de investimentos.

Subgrupo 5

Transporte Terrestre

- Rede de serviços regulares de transporte automotor de passageiros;
- Normas técnicas para veículos de transporte de passageiros;
- Transporte de encomendas e correspondência;
- Regulamento único para transporte internacional e de cargas;
- Cargas perigosas - normatização.

Subgrupo 6

Transporte Marítimo

- Discussão de acordo multilateral de transporte marít

- timo;
- Registro comum de embarcações;
- Transporte multimodal; e
- Regime trabalhista para transporte fluvial e marítimo.

Subgrupo 7

- Política Industrial
- Acompanhamento de Acordos Setoriais;
- Comissão de tecnologia no subgrupo 7;
- Meio ambiente;
- Pequena e média empresa; e
- Qualidade e Produtividade.

Subgrupo 8

- Política Agrícola
- Harmonização de política de reconversão – discussão de documento;
- Harmonização de política tecnológica – discussão;
- Harmonização de política agrícola; e
- Acordo setorial de arroz – discussão de documento.

Subgrupo 9

- Energia
- Sugestão: transferir desenvolvimento tecnológico para o subgrupo 7;
- Frequência elétrica – recomendações ao GMC para que o SGT-3 – Normas Técnicas, submeta ao SGT-9 as propostas; e
- Meio ambiente.

Subgrupo 10

- Coordenações Políticas Macroeconômicas
- Tarifa externa comum – sugestão de nível tarifário propostas;
- Indicadores Macroeconômicos; e
- Harmonização tributária

Subgrupo 11

- Relações Trabalhistas
- Constituição de comissões genéricas;

- Relações individuais do trabalho;
- Relações coletivas do trabalho;
- Emprego;
- Saúde e segurança no trabalho;
- Seguridade social;
- Setores específicos; e
- Princípios.

4 – O CUMPRIMENTO DO CRONOGRAMA DE LAS LEÑAS

4.1 – Barreiras não Tarifárias

O processo de integração entre economias se caracteriza pela decisão política governamental e pela redução parcial ou total de barreiras tarifárias e não tarifárias que limitam o comércio recíproco.

O estágio pretendido pelo Mercosul, que é de Mercado Comum, implica união aduaneira, alíquotas alfandegárias zero no comércio dentro da comunidade e tarifa externa comum. Pressupõe-se a livre mobilidade de fatores de produção, através das fronteiras dos países-membros.

Neste período de transição, é necessário um mínimo de harmonização das políticas fiscal, monetária e cambial entre os membros da comunidade.

Nesta fase, a questão crucial é a eliminação e ou harmonização das barreiras comerciais tanto entre si, quanto em relação ao resto do mundo.

A partir de 1980, aumentam as barreiras não tarifárias entre países. Além da valoração aduaneira artificial, normas fitossanitárias por parte dos países desenvolvidos impedem a entrada de produtos agropecuários dos países em desenvolvimento.

No processo de eliminação e ou redução/harmonização de barreiras não tarifárias entre países do Mercosul, o maior entrave decorre dos diferentes estágios de desenvolvimento em que se encontram suas economias.

Essas listagens de Leis, Decretos e Resoluções que formam a história econômica desses países estão sendo trocadas e serão objeto de análise.

Durante a última reunião do quadripartite realizada entre 7 e 11 em Montevideu – acordou-se que seria trocada uma listagem de todas as restrições ou medidas que impedem a livre circulação de produtos agropecuários até 30/09/92, com o objetivo de estabelecer um Cronograma para pontos que possam ser eliminados e ou harmonizados, sendo agrupados da seguinte forma:

1. Importações proibidas;
2. Controles e restrições quantitativas;
3. Permissões prévias e autorizações especiais;
4. Controle de Preços, preços mínimos e de referência;
5. Exigências quanto à similar nacional;
6. Discriminação tributária interna sobre produtos importados;
7. Procedimentos aduaneiros especiais restritivos;
8. Normas de embalagem e rotulação;
9. Normas de padronização e identidade;
10. Normas técnicas e de qualidade;
11. Saúde Pública;
12. Sanidade Animal;
13. Sanidade Vegetal;
14. Material nuclear;
15. Armamentos explosivos;
16. Proteção do meio ambiente;
17. Taxas, emolumentos sobre importações;
18. Regimes especiais: Indústria automotriz;
19. Exigência de bandeira nacional;
20. Demoras de mercadorias em trânsito; e
21. Outras não classificadas.

Os itens 15 e 18 são de responsabilidade do subgrupo 1 e 7 – Assuntos Comerciais e Política Industrial e Tecnológica.

Pela decisão do Grupo Mercado Comum em Las Leñas (23 a 25/06/93), o cronograma terá a seguinte rigidez:

Até 30/11/92 as listagens

serão consolidadas e avaliadas. Até 30/03/93 será elaborada uma proposta para sua eliminação e ou harmonização.

O encaminhamento ao grupo Mercado Comum para sua consideração e instrumentação ocorrerá até 30 de abril de 1993.

5 - LISTA POSITIVA DE PRINCÍPIOS ATIVOS DE AGROQUÍMICOS E AGROBIOLÓGICO

● Inseticidas/Acaricidas

Azeite mineral
Acefato

Bacillus Thuringiensis
Cipermetrina
Deltametrina
DDVP
Endosulfan
Azufre
Fósforo de Alumínio
Monocrotofos
Permetrina
Triclorform

● Herbicidas

Alaclor
Ametrina
Atrafina
Bentazon
Diuron

2,4-D Amina
Glifosato
Imazaquim
Molinate
Parquat
Propanil
Simazina
Trifluralina

● Fungicidas

Azeite Mineral
Carbendazim
Oxicloruro de Cobre
Oxido Cuproso
Mancozeb
Sulfato de Cobre
Thiran

RELATÓRIO

AÇÕES DE POLÍTICA AGRÍCOLA

Celso Matsuda(1)

Este Relatório, elaborado sob enfoque do Planejamento Estratégico, resume as principais Ações de Política Agrícola concebidas e praticadas pela Secretaria Nacional de Política Agrícola - SNPA, no período de junho de 1991 a setembro de 1992.

Registre-se, inicialmente, que quando se estabeleceu o consenso de que era necessário dotar o Ministério da Agricultura e Reforma Agrária de um embasamento de formulação de políticas setoriais - diga-se, a criação desta Secretaria que facultasse ao Ministério o exercício pleno das funções a ele atribuídas pela Lei Agrícola e reclamadas pelo setor - simulta-

neamente se impôs, como corolário natural, que este novo órgão fosse estruturado de forma não só a estar em permanente sintonia com os pleitos de melhoria da produtividade e qualidade do complexo de agribusiness brasileiro, mas também a estar apto a responder às suas próprias necessidades de eficiência e eficácia preconizadas pela reforma administrativa proposta pelo Plano de Reconstrução Nacional, com vistas à modernidade.

A partir da "Proposta de Ação Gerencial para o Ministério da Agricultura e Reforma Agrária", resultante do Encontro de dirigentes do Ministério, realizou-se o primeiro exercício

de Planejamento Estratégico, com a participação de todos os técnicos da Secretaria.

Assim, foram estabelecidos a missão (2), os objetivos de curto, médio e longo prazos e os respectivos planos de ação, levando em conta as atribuições da SNPA em função, principalmente, da Lei Agrícola, da Portaria 477, do Plano Plurianual, do Projeto de Reconstrução Nacional, do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade e das reivindicações dos produtores rurais, através de seus órgãos de classe.

Relaciona-se, a seguir, as principais ações desenvolvidas pela Secretaria Nacional de Política Agrícola.

I - PLANOS DE SAFRAS

Assinala-se, inicialmente, a participação efetiva da Secretaria na formulação e no acompanhamento da implementação das medidas que possibilitaram a obtenção de uma safra de aproximadamente 70 milhões de toneladas no ano agrícola 91/92, dentre as quais destacam-se:

- oferta de Crédito Rural adequada e tempestiva;
- estabelecimento dos Valores Básicos de Custeio-VBC's - com base nos orçamentos efetivos das lavouras;

(1) Secretário Nacional de Política Agrícola.

(2) A missão da Secretaria Nacional de Política Agrícola é a de formular, coordenar e avaliar diretrizes e instrumentos de Política Agrícola, com objetividade, criatividade e inovação.

As ações da SNPA são dirigidas aos agentes do agribusiness, objetivando o estímulo e apoio à produção, com ênfase na elevação dos padrões de produtividade e qualidade, à modernização da comercialização e à prestação de assessoria ao Ministro e ao Conselho Nacional de Política Agrícola - CNPA, em benefício da sociedade.